

EURÁFRICA: INTEGRAÇÃO APÓS O PROCESSO COLONIAL? REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CONGO BELGA

Bovick Wandja Yemba

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - E-mail: bovickw@yahoo.fr.

INTRODUÇÃO

Pensar a formação da Europa como um bloco integrado política e economicamente demanda analisar seu passado, especialmente no que diz respeito a seus projetos imperiais. Dissociar esse processo histórico da colonização e descolonização seria uma “concepção imaculada”, nas palavras de Hansen e Jonsson (2014). A Euráfrica, concebida no período entre guerras e essencial para se pensar a criação da Comunidade Econômica Europeia, é tida como um projeto de integração entre os continentes europeu e africano. A história desses países, de fato, se interconecta: “esforços para unificar a Europa coincidem sistematicamente com esforços para estabilizar, reformar e reinventar o sistema colonial na África” (HANSEN; JONSSON, 2014, p.6, tradução minha). A Euráfrica, portanto, não significou uma relação mútua de interesses, mas a propagação de categorias eurocêntricas, que seria muito mais efetiva caso os países europeus unissem suas capacidades políticas e econômicas.

O processo de formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi marcado pela inclusão de algumas colônias de seus países membros, dentre as quais se destaca o Congo Belga, atual República Democrática do Congo. O caso congolês é bastante emblemático, tendo em vista que o atual país foi tomado como propriedade privada do rei Leopoldo II, cuja colonização foi marcada pela crueldade.

Certamente, o passado influencia a situação atual do país, sendo impossível uma reversão automática desse processo de exploração no momento da independência. A pro-

posta é analisar criticamente a ideia de Euráfrica como projeto integrador: como é possível falar sobre integração econômica e política entre iguais tendo em vista o recente contexto de dominação? O processo de descolonização do continente, no final dos anos 1950 e ao longo dos anos 1960, não significou uma ruptura de fato. Em grande parte da África, o estado pós colonial se moveu a partir de estruturas já estabelecidas pelos governos coloniais, modeladas pelas rotinas da administração colonial e continuou a conduzir atividades econômicas e comerciais de acordo com os antigos padrões.

Assim sendo, esse texto apresentará brevemente na seção seguinte aspectos importantes da história da atual República Democrática do Congo para depois discorrer sobre o projeto Euráfrica e o processo de descolonização do continente. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

O CONGO BELGA

A Conferência de Berlim, em 1884, buscou estabelecer princípios para a ação europeia na África. Especificamente para o Congo Belga, isso significou o território sendo confiado à Associação Africana Internacional, em outras palavras, ao rei Leopoldo II. Embora ainda pouco se conhecia sobre o local, o rei tornou-se o maior proprietário de terras do mundo (CALVOCORESSI, 2011). Inicialmente, segundo Calvo-coressi (2011), sua obrigação envolvia terminar com o tráfico de escravos, permitir o livre comércio e garantir a liberdade de passagem no Rio Congo. Com o tempo, ainda segundo o autor, o que se viu foi uma parceria entre a

administração, as casas financeiras belgas e a Igreja Católica. E assim permaneceu por quase meio século.

A colonização desse país é significativa de muito escândalo¹. O Congo foi uma fonte lucrativa e de prestígio para a Bélgica, que incentivou fortemente a exploração de seus recursos minerais, especialmente cobre, manganês e diamante. Exploração que se restringia à retirada de produtos minerais e agrícolas para a exportação, não havendo preocupação, dentro dos padrões coloniais, nem com a produção de gêneros alimentícios para a população nem com o mínimo de desenvolvimento econômico e social da colônia (CANÊDO, 1985).

Segundo Canêdo (1985), o explorador matinha relações paternalistas evitando, assim, o contato do congolês com o mundo exterior. Ainda em meados do século XX, a Bélgica chega a lançar um plano decenal com o objetivo de reformar a infraestrutura congoleza e criar uma classe nativa que permaneceria politicamente confiante e capaz de estabelecer um mercado consumidor dos produtos belgas (GARAVINI, NYBAKKEN, 2012).

Com a proclamação da independência, em 1960, nasce a República Congoleza. Não sendo possível africanizar os quadros burocráticos (CANÊDO, 1985), um projeto de nação não se consolidou. Esse processo não foi fácil, foi um período em que o Congo Belga sofreu uma das sublevações mais violentas da história: gerou-se o caos interno e uma guerra civil, além de uma grave crise internacional (CALVOCORESSI, 2011). Os belgas não prepararam a colônia para a independência. Tratava-se de um território de grande dimensão, além da coabitação de diversas tribos e etnias. Para completar, o exército se rebelou logo após a independência.

Em meio a esse conflito, em 1965,

¹ Cf. DOYLE, Arthur Conan. *The crime of Congo*. London: Hutchinson & Co., 1909.

o coronel Joseph Mobutu, com ajuda da CIA, toma o poder e cria uma ditadura despótica até 1997 (CALVOCORESSI, 2011). Após se consolidar na posição, na década de 1970, Mobutu rebatiza o país de Zaire. Isso não significa estabilidade: há problemas na economia, muita intervenção internacional e desconfiança por parte de lideranças políticas e sociais do país. O colapso do governo Mobutu acontece em 1997, após uma guerra regional. Poucos meses depois, o ex-ditador morre. Laurent Kabila, que já buscava sucedê-lo desde o final da década de 1980, chega ao poder mantendo a ausência do modo democrático de governar.

As divisões étnicas e políticas tornaram-se mais problemáticas após problemas na economia do país. Kabila, que renomeou o país de República Democrática do Congo, não conseguiu manter as rédeas, não sendo capaz de controlar mais do que a metade do país (CALVOCORESSI, 2011). Assassinado em 2001, Kabila foi sucedido por seu filho Joseph, que ocupa o cargo na presidência até os dias atuais.

A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (CEE) E O PROJETO "EURÁFRICA"

O Tratado de Roma, de 1957, estabeleceu formalmente a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Quando da sua formação, compreendia a Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Alemanha Ocidental e algumas partes dos países membros, os chamados "países e territórios além mar" (HANSEN; JONSSON, 2014). Essa comunidade um tanto distante do continente europeu constituiu uma nova esfera geopolítica de influência: a Euráfrica. O objetivo era resolver os problemas coloniais, especialmente da Bélgica e da França (idem). Segundo Hansen e Jonsson (2014), essa entidade foi fundamental para a sobrevivência geopolítica e econômica da Europa.

A intenção de se refletir criticamente

sobre esse processo tem a ver com a importância de se entender a motivação dessa “nova corrida” para a África. É necessário ir além do contexto da Guerra Fria, pois a racionalidade global e geopolítica da, hoje, União Europeia, leva ao poder global do continente (idem).

A movimentação em prol dessa “associação” ou “integração” ocorre no período de descolonização da maioria dos países africanos. As estruturas desenvolvidas nos tempos coloniais se mantêm mesmo quando se “libertam as amarras” dos países europeus, o que dificulta em muito um projeto que realmente se proponha a integrar o continente africano de uma maneira verdadeiramente independente (idem). Segundo Hansen e Jonsson (2014), o projeto “Euráfrica” se manteve na agenda por muito pouco tempo, até meados da década de 1960: a CEE e outras organizações internacionais encontraram maneiras mais eficientes e menos custosas para intervir na África, mantendo o discurso de desenvolvimento, ajuda e conselho diplomático (p. 16). Ainda é forte a perspectiva da abolição da escravidão e da introdução da civilização na África. Para os autores, o que se torna novo é o discurso em torno da integração como um caminho para unificar a Europa e estabelecer uma esfera geopolítica capaz de equilibrar o sistema global, formado pelas Américas de um lado e Ásia e Austrália de outro.

O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

A perspectiva de colonização passa a ser questionada entre 1950 e 1960, quando, pelo menos, 40 países, representando mais de um quarto da população mundial, conquistam sua independência (GARAVINI; NYBAKKEN, 2012). Como ocorreu em todo processo desse tipo, dá-se um fim na relação de exploração, mas, como legado, permanecem os laços cultu-

rais e econômicos com as antigas metrópoles. Por motivação econômica, as antigas metrópoles tentam resistir ao processo.

Ainda no contexto da Guerra Fria, o continente é alvo de tentativa de influência das ideologias dominantes da época. Há uma mudança do panorama global e os países do “terceiro mundo” passam a buscar mudanças nas negociações internacionais para melhorar suas condições. A Europa sofre muito no pós Guerra, os países buscam reconstruir sua infraestrutura e dar melhor condição de vida à sua população.

Num primeiro momento, tentou-se repactuar os tratados coloniais. É durante o processo de descolonização dos territórios ultramarinos que surgem as Convenções de Yaoundé (1963 – 1975) e Convenções de Lomé (1975). A primeira buscava estabelecer relacionamento com outras partes do mundo, sendo a França a grande entusiasta (PEREIRA, 2014). Segundo Pereira (2014), a assinatura desses documentos se baseou no mesmo mecanismo estabelecido pelo Tratado de Roma. Embora não fosse mais possível falar em termos de colonização, a intenção era garantir acesso a matérias-primas e produtos do setor primário desses países recém-independentes. Ainda de acordo com o autor, a dimensão política ainda não fazia parte das negociações propostas pelas Convenções de Yaoundé nem das medidas de cooperação e desenvolvimento da CEE.

A Convenção de Lomé surge da necessidade de adaptar acordos anteriores. A partir dela, a CEE amplia sua negociação com mais países, especialmente os da África, Caraíbas e Pacífico. Para Pereira (2014), esse documento se diferencia pelos princípios igualitários que propõe ao buscar estabelecer uma solidariedade internacional: uma tentativa de deixar a noção de colonialismo. Ainda segundo o autor, e fundamental para a reflexão crítica aqui proposta, foi deixada de lado a preocupação com questões culturais e sociais dos países que

buscavam se estabelecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um país que sofreu uma colonização tão opressiva e sem algum planejamento de futuro e preparação para a independência pode fazer parte de um movimento de integração com os países europeus? Fica essa questão como visão crítica à Euráfrica, que muitos autores trataram como um projeto integrador, uma parceria entre países europeus e africanos (Hansen; Jonsson, 2014).

A experiência do Congo Belga foi tomada como exemplo por ter se tratado de um caso extremo de dominação. Como Canêdo (1985) aponta, a exploração no território foi de tal ordem que, em comparação com as experiências coloniais, o caso não se enquadra dentro desses parâmetros: em momento algum se incentivou o mínimo de desenvolvimento humano à população local. O legado da junção entre a ausência de capital humano para a criação de uma burocracia de origem congoleza e os resquícios da exploração tornaram a busca pelo poder em si o motivo principal da disputa eleitoral no país. Até hoje, os poucos líderes políticos que chegaram ao poder o exerceram de maneira ditatorial e buscaram o enriquecimento próprio.

Torna-se uma das experiências que impossibilita retirar do espectro de análise a questão do neocolonialismo. A busca por um "projeto integrador" num contexto de descolonização dos países africanos e de surgimento de esforços em prol de uma Comunidade Econômica Europeia certamente coloca essa "integração" como parte importante do projeto geopolítico global do continente europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVOCORESSI, Peter. *Política Mundial a partir de 1945*. COSTA, Roberto Cataldo (tradução). Porto Alegre: Penso, 2011. Capítulo 23.

CÂNEDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias e os movimentos de libertação*. São Paulo: Atual. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

GARAVINI, Giuliano; NYBAKKEN, Richard. *After Empires: European integration, decolonization and the challenge from the global South 1957-1986*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012. Capítulos 1 e 2.

HANSEN, Peo; JONSSON, Stefan. *Eurafrica: The untold history of european integration and colonialismo*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2014. Capítulos 1 e 2.

PEREIRA, Francisco Manuel Rente Nunes. *A União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico – Meio século de parceria*. Dissertação (Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. 2014, 177 f. Capítulo 2: Quatro décadas de convenções ACP – EU.

**Documento submetido em agosto de 2017
e aprovado em novembro de 2017.**